

## Loyola explica, mas senadores querem saber mais sobre bancos

*Presidente do BC depõe no plenário do Senado. Líder do PMDB cobra informações sobre o volume de recursos aplicados no Econômico, Nacional e Banespa, mês a mês, em 95 e 96*



À lado de Suassuna, Loyola depõe no plenário do Senado perante as comissões mistas do Congresso

### Importância do aleitamento materno deve ser divulgada

O Senado aprovou ontem projeto de lei determinando que as embalagens de produtos utilizados no aleitamento artificial devem estampar tarja com expressão que ressalte a importância do aleitamento materno no desenvolvimento da criança.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, senador Lucídio Portella (PFL-PI), disse que a iniciativa visa a contribuir para a conscientização da população, sobretudo das mães, a respeito da necessidade do aleitamento materno para resguardar o desenvolvimento saudável do lactente. Ele entende que são nefastas as consequências que o desmame precoce traz à criança, privando-a de anticorpos naturais e de valiosos nutrientes.

### Aprovação da Lei de Patentes é concluída

O plenário do Senado aprovou ontem em turno suplementar o substitutivo apresentado pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) ao projeto de lei que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, devendo agora a matéria ser enviada à Câmara dos Deputados. O texto aprovado dispõe que é patenteável toda invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Foi incorporada ao substitutivo apenas uma emenda, determinando que, à exceção de três artigos, a nova Lei de Patentes só entrará em vigor um ano após sua publicação.

A votação começou com o

relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresentando um parecer pelo acolhimento das 13 emendas oferecidas na primeira votação, na quinta-feira passada.

Já o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, apresentou parecer pela rejeição de 12 emendas, acolhendo a que tratava do prazo de início da vigência da lei. Favorável às outras emendas, a senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou que, no futuro, o próprio povo daquela região terá que comprar da indústria farmacêutica medicamentos oriundos daquela flora.

Na exposição inicial que durou 90 minutos e nas respostas a uma série de interpelações que se estendeu até as 21h30 de ontem, o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, procurou justificar as medidas adotadas pelo governo no setor financeiro como imprescindíveis para evitar uma crise generalizada de graves consequências. Loyola depôs no plenário do Senado perante as comissões do Congresso que examinam as medidas provisórias que deram base legal ao governo para promover as mudanças no sistema financeiro. O senador Vilson Kleinübing, relator de uma dessas comissões, defendeu maior controle sobre o BC. Ney Suassuna, presidente da outra comissão, propôs reformulação no sistema de fiscalização sobre os bancos. Jáder Barbalho, líder do PMDB, quer saber o valor aplicado pelo BC, pela Caixa Federal e pelo Banco do Brasil nos bancos Nacional, Econômico e Banespa. **Página 3**

### Comissão vai estudar economia do Cerrado

Acatando iniciativa do senador José Ignácio Ferreira, o plenário do Senado decidiu instalar Comissão Especial Interna para, no prazo de um ano, promover estudos sobre a economia do Cerrado.

**Página 4**

## Cafeteira quer foto no título de eleitor



Cafeteira

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) defendeu que o título de eleitor volte a ter a fotografia 3x4 de seu dono, medida que ajudará a reduzir fraudes. Lembrou que no título existe um espaço para que os analfabetos coloquem a impressão digital, e que, a seu ver, poderia ser utilizado para a fotografia. "Para evitar fraude, só se houvesse em cada mesa um datiloscopista para descobrir se o sujeito é ou não dono do título", ironizou. Ele foi apertado por Guilherme Palmeira (PFL-AL), Bello Parga (PFL-MA) e Emandes Amorim (PMDB-RO).

## Senado transmite ao vivo pelo rádio

As transmissões da Agência Senado Radiosat começam na manhã de hoje. É a seguinte programação prevista: 10h, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos; 14h30, sessão ordinária do Senado.

# Cabral condena ações terroristas em Israel

*E lamenta, com apoio de senadores, que esforços de Rabin e Arafat não tenham ainda conseguido promover a paz no Oriente Médio*

O senador Bernardo Cabral (AM) condenou as ações terroristas que, nos últimos dias, provocaram a morte de dezenas de judeus em Israel. Lembrou que o ex-primeiro ministro Yitzhak Rabin e o líder palestino Yasser Arafat superaram desentendimento de milênios em favor da paz. Ele lamentou que os esforços dos dois líderes não tenham

promovido o entendimento.

Em aparte, Roberto Freire (PPS-PE) disse que "não podemos assistir à insanidade de terroristas e que o futuro da paz no Oriente Médio preocupa os brasileiros". Ademir Andrade (PSB-PA) destacou



Bernardo Cabral

que o propósito dos terroristas, às vésperas das eleições em Israel, é eleger alguém que não deseje a paz. Pedro Piva (PSDB-SP), Sebastião Rocha (PDT-AP), José Ignácio (PSDB-ES) e Romero Jucá (PFL-RR) também apoiaram Cabral.

## Benedita: vôos sobre Cuba visavam aumentar confronto

Ao comentar a derubada de aviões civis norte-americanos que entraram no espaço aéreo de Cuba, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ser "bastante provável a hipótese" de que o vôo da organização "Irmãos para o Resgate" tinha muito mais o objetivo de aumentar o confronto entre os dois países, "uma estratégia da milionária ultradireita americana para boicotar as negociações e manter o bloqueio a Cuba".



Benedita

- E se fosse o contrário? E se aviões cubanos estivessem sobrevoando espaço aéreo americano, sem permissão, e, embora advertidos várias vezes para retornar tivessem prosseguido? Que medidas tomariam os Estados Unidos? - questionou a senadora, que esteve recentemente em Cuba.

Os aviões da "Irmãos para o Resgate", conforme Benedita da Silva, invadiram o espaço aéreo cubano pela terceira vez, em menos de um ano.

## Jucá defende isonomia para policiais civis

O senador Romero Jucá (PFL-RR) pediu o apoio dos senadores para a rejeição do projeto que estrutura a carreira dos policiais civis dos territórios, que será votado hoje, em regime de urgência. A proposta, segundo o senador, retira o direito daqueles policiais à isonomia com a Polícia Federal, reduzindo sua gratificação em até 170%. Jucá defende emenda de Gilvam Borges (PMDB-AP), que garante a gratificação.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE Senador José Sarney

- 10h - Despacho interno.
- 10h30 - Recebe Bryan Kennedy da Duke University.
- 11h - Recebe o deputado Felipe Mendes (PPB-PI).
- 14h30 - Preside Sessão Deliberativa do Senado.

### PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
- Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno das "PECs nº 5/95, que condiciona o recesso parlamentar à aprovação do Orçamento; 27/95, que impede que membros do Ministério Público tenham atividades político-partidárias; e 51/95, que amplia de três para cinco o número de membros do Tribunal de Contas nomeados pelo governador eleito em estados nos dez primeiros anos de criação.
- 19h - Sessão do Congresso Nacional
- Pauta: Apreciação das MPs nº 1.291 a 1326.

### COMISSÕES

- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- Pauta: Diversas matérias, destacando-se a "PEC nº 53/95, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; o "PLS nº 86/95 (não-terminativo), que dispõe sobre incentivos à instalação de empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos nas regiões economicamente desfavorecidas que especifica; "PLC nº 44/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Mineiros; "PLS nº 73/95 (terminativo), que altera dispositivo do Código de Processo Penal para incluir na competência do Tribunal do Júri o julgamento de crimes contra a administração pública, o sistema financeiro nacional, a seguridade social e a ordem tributária; "PLS nº 54/95 (terminativo), que cria a Ouvidoria-Geral da República, e dá outras providências. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- 18h - Comissão Especial destinada ao estudo do PLC nº 73/94-SF, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- Pauta: Apresentação do relatório preliminar. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

## PRESIDENTE DO BC NO SENADO



No plenário, senadores e deputados acompanharam o depoimento e fizeram interpelações a Loyola

## Loyola explica intervenções e Kleinübing defende maior controle sobre o BC

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, garantiu ontem, em depoimento no Congresso Nacional, que o mercado financeiro permanece calmo graças às medidas adotadas pelo governo durante as crises nos bancos Econômico e Nacional. Loyola foi interpellado por deputados e senadores durante a reunião promovida pelas comissões mistas responsáveis pela apreciação da medida provisória que cria o Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer) e da que amplia

os poderes do BC. O relator desta MP, senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), defendeu maior controle do Congresso sobre as definições da política monetária e as intervenções do BC no sistema financeiro.

A reunião, que começou às 10 horas, foi suspensa à tarde e recomeçou no início da noite, prosseguindo até as 21h30. Em exposição de 90 minutos, ilustrada por 21 transparências, Loyola afirmou que as medidas tomadas pelo governo evitaram tumultos e crise generalizada de graves

conseqüências, a exemplo do que aconteceu na Venezuela, Argentina, Chile e México.

Antes da abertura do debate com Loyola, os membros das duas comissões mistas escolheram seus dirigentes. A Comissão do Proer é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e tem como relator o deputado Benito Gama, enquanto a MP que amplia os poderes do Banco Central tem na presidência da comissão o deputado Gonzaga Mota, e como relator o senador Wilson Kleinübing.

### Sugeridas mudanças no esquema de fiscalização

Para o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o presidente do Banco Central (BC), Gustavo Loyola, "deixou claro em seu exaustivo depoimento que a política de fiscalização da instituição oficial precisa ser reformulada".

Em resposta às interpelações dos senadores e deputados, Loyola negou que o Banco Central tenha determinado à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil que injetassem dinheiro no Banco Nacional, quando as demais instituições do mercado interbancário já se negavam a fazê-lo.

Respondendo a indagação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Loyola considerou a liquidação de instituição financeira a pior alternativa possível, garantindo que os responsáveis pelas fraudes não ficarão impunes.

O presidente do BC afirmou também não ter fundamento a versão de que a medida provisória do Proer tenha sido editada para beneficiar o Nacional. "Ao contrário, a intenção foi dar tratamento mais severo aos controladores daquele banco", disse.

O senador Romeu Tuma (PSL-SP), dizendo refletir a dúvida do brasileiro comum, perguntou: "Quem, afinal, vai para a cadeia?" O depoente respondeu que o BC faz parte de um sistema maior e que, nos casos de ilegalidades, o processo é encaminhado ao Ministério Público.

A reunião foi coordenada alternadamente pelo senador Ney Suassuna e pelo deputado Gonzaga Mota. Às 14h22 foi transferida do plenário do Senado para a sala 2 da Ala Nilo Coelho, por-

## Jáder exige cronograma do socorro a banco

O líder do PMDB, senador Jáder Barbalho (PA), quer saber qual o valor dos recursos aplicados pelo Banco Central, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil nos bancos Econômico, Nacional e Banespa, com os respectivos cronogramas, mês a mês, de liberação em 1995 e 1996.

A solicitação consta de um requerimento apresentado à Mesa do Senado e dirigido ao presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Barbalho, que anunciou seu desligamento da Comissão Mista do Sistema Financeiro, argumentou que não pôde fazer pessoalmente as perguntas a Loyola.

Jáder quer saber também como o Nacional burlou o recadastramento e manteve 700 contas com movimentação fictícia.

## Júlio Campos defende redução de encargos sociais

O senador Júlio Campos (PFL-MT) disse ontem que a montadora Ford do Brasil encontrou na redução da jornada de trabalho e, conseqüentemente, na redução de salários dos seus empregados uma fórmula de evitar o desemprego no setor automobilístico.

Para o senador, essa é uma das saídas para que o país diminua a onda crescente de desempregados, que ocorre, a seu ver, devido à necessidade de as empresas promoverem cortes nas suas despesas para fazer frente à concorrência internacional advinda com o Plano Real e à abertura da economia ao mercado internacional.

Júlio Campos voltou a cobrar a redução dos encargos sociais que, segundo disse, são responsáveis estruturalmente pela falência das empresas.

que no plenário seria iniciada a sessão ordinária.

A transferência, anunciada pelo senador Ney Suassuna, gerou protesto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), por impedir que naquele momento Loyola respondesse ao deputado baiano José Carlos Aleluia sobre a diferença de tratamentos dados aos Bancos Econômico e Nacional. Ainda no plenário, Suassuna e Magalhães discutiram asperamente.

Antes, os senadores Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, e Roberto Requião (PMDB-PR) tinham abandonado o plenário, por discordar de decisão do então presidente da reunião, deputado Luiz Gonzaga Motta, quanto à definição da lista de interpellantes.

# Economia do Cerrado terá comissão

*Objetivo é promover estudos e levantamentos sobre produção agropecuária, extrativismo e diversificação dos insumos industriais e de bens acabados na região*

## Direitos de inquilinos e condôminos

O Senado aprovou ontem e será encaminhado à sanção presidencial projeto originário da Câmara que visa a assegurar os direitos do proprietário e do inquilino com relação a todas as matérias pertinentes ao condomínio, o locatário poderá votar, caso o condômino-locador a ela não compareça.

## Honorários advocatícios

Projeto que dispõe sobre honorários advocatícios na Justiça do Trabalho foi aprovado ontem pelo Senado. A medida, originária da Câmara dos Deputados, resulta do fato de não existir uma orientação uniforme, no contexto da Justiça Trabalhista, sobre a questão dos honorários advocatícios. Aprovada em plenário, a matéria vai agora à sanção presidencial.

## Concessões de rádio

O Senado aprovou ontem projetos de decreto legislativo outorgando concessão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens a duas emissoras. Na mesma sessão, renovou a concessão outorgada a três emissoras.

O Senado decidiu ontem instituir Comissão Especial Interna, com 11 membros, para no prazo de um ano promover estudos e levantamentos sobre a abertura de frentes de produção agropecuária, extrativa e de diversificação dos insumos industriais e de bens acabados no Cerrado e em toda a região do Corredor de Transportes Centro-Leste, que liga o complexo portuário do Espírito Santo ao Oceano Pacífico.

De iniciativa do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), a

medida visa a buscar fórmulas para a contenção de migrações internas, a fixação do homem no campo, a mobilização e o treinamento de mão-de-obra para atividade econômica primária, secundária e terciária, assim como para a introdução de novas tecnologias na produção agropecuária.

No encaminhamento da votação, o senador Júlio Campos (PFL-MT) foi um dos mais firmes defensores da iniciativa,



José Ignácio

com o argumento de que essa Comissão é de vital importância para a região Centro-Oeste. "Os governadores dos nossos estados estão empenhados no sentido de viabilizar esta via de

exportação", informou ele.

No mesmo tom, manifestou-se a senadora Júnia Marise (PDT-MG), sustentando que essa é a forma mais eficaz de fortalecer o desenvolvimento econômico dos estados da região.

## Marina cobra instalação da zona de livre comércio do Acre

A senadora Marina Silva (PT-AC) cobrou providências para a imediata instalação da Zona de Livre Comércio no estado do Acre, objetivando atender à região de Brasília e



Marina

Epitaciolândia, e ao município de Cruzeiro do Sul. A senadora disse que, do contrário, "se agravará ainda mais a situação

do desemprego e da miséria" naquele estado.

O comércio de algumas regiões do Acre tem enfrentado a competição desigual com as zonas de livre comércio da Bolívia e de Guajará-Mirim (RO), afirmou Marina, para quem a economia acreana vive profunda crise, e até o extrativismo da borracha na-

tural, que já representou mais de 40% das exportações do Brasil, "está falido".

Segundo a senadora, embora a implementação daquelas áreas de livre comércio tenha sido aprovada em 1994, até agora praticamente nada foi feito. A propósito, manifestou esperança de que a Suframa realize a próxima reunião do seu Conselho Deliberativo em Brasília.

## Távola homenageia prefeito de Campinas

A memória do ex-prefeito de Campinas Magalhães Teixeira foi reverenciada ontem pelo senador Arthur da Távola (PSDB-RJ), que ressaltou suas virtudes como homem e político. "Magalhães direcionou seus conhecimentos políticos para a ética e para o combate às desigualdades sociais", disse o sena-

dor.

Segundo Arthur da Távola, Magalhães Teixeira desenvolveu características marcantes, "realizando com honestidade os fundamentos que aprendeu na política". Como exemplo, citou o programa de distribuição de renda implantado pelo prefeito em Campinas.

## Plenário aprova pesar pela morte do Mamonas

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), manifestando pesar pela morte dos integrantes do grupo Mamonas Assasinas. Lamentaram ainda o acidente o senador Valmir Campelo (PTB-DF) e a senadora Júnia Marise (PDT-MG).

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraila F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e promissões citados.